

DO FIM DA PRIVACIDADE À COLONIZAÇÃO DO EU

FROM THE END OF PRIVACY TO THE
COLONIZATION OF THE SELF

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v13i2.55221>

Larissa Pinécio Malizan*

Universidade Estadual de Maringá

<http://lattes.cnpq.br/5353666553505054>

<https://orcid.org/0000-0002-1550-2885>

larismalizan@gmail.com

Max Rogério Vicentini**

Universidade Estadual de Maringá

<http://lattes.cnpq.br/3430855327388533>

<https://orcid.org/0000-0001-8257-7273>

mrvicentini@uem.br

* Mestranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Professor Doutor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

RESUMO

Este artigo analisa como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm desempenhado papel central na transformação das condutas individuais e coletivas nas sociedades tecnológicas contemporâneas. Questiona-se por que há uma aceitação quase consensual dessas tecnologias, mesmo diante de evidências de seu uso para fins políticos e mercadológicos. Parte-se da hipótese de que está em curso uma forma de dominação psíquica, que Nora Merlin denomina “colonização da subjetividade”. A análise baseia-se em autores que investigam a psicodinâmica das massas, os dispositivos inconscientes de sujeição e os mecanismos simbólicos de controle social. Conclui-se que a colonização do eu, intensificada pelo capitalismo de vigilância, fragiliza a autonomia crítica e impõe novos desafios à democracia.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância. Colonização da subjetividade. Neoliberalismo. Subjetividade.

Abstract: This article analyzes how Information and Communication Technologies (ICTs) have played a central role in shaping individual and collective behavior in contemporary technological societies. It raises the question: why is there an almost unanimous acceptance of these technologies, even in the face of growing evidence of their political and commercial exploitation? The hypothesis is that a form of psychic domination is underway, which Nora Merlin refers to as the “colonization of subjectivity.” The analysis draws on authors who investigate the psychodynamics of the masses, unconscious mechanisms of subjection, and symbolic strategies of social control. It concludes that the colonization of the self, intensified by surveillance capitalism, weakens critical autonomy and poses new challenges to democracy.

Keywords: Colonization of Subjectivity. Neoliberalism. Subjectivity. Surveillance Capitalism.

INTRODUÇÃO

Informação e conhecimento tornaram-se eixos centrais das dinâmicas de poder e transformação social no mundo atual. A sociedade da informação é caracterizada por processos em que o conhecimento e os dados são produzidos, organizados e amplamente disseminados, tornando-se centrais para a dinâmica econômica e social.¹ Nessa perspectiva, Peter Drucker (1993, cap. 2 e 4) caracteriza a sociedade pós-capitalista pela centralidade do conhecimento como recurso estratégico, deslocando a primazia antes ocupada pelo capital físico e pela terra. Segundo o autor, é o saber e a produtividade dos trabalhadores do conhecimento que determinam o desempenho econômico das organizações e das nações, indicando uma profunda transformação na estrutura social, econômica e política contemporânea.

Complementarmente, Manuel Castells (1999) analisa as transformações estruturais da sociedade a partir do desenvolvimento e da disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Para ele, a habilidade de lidar com informações torna-se crucial na produtividade e no exercício do poder. Castells propõe a noção de sociedade em rede como um novo paradigma organizacional, em que a lógica das redes digitais reconfigura profundamente os processos de comunicação, de produção e de controle social.

Entretanto, embora Drucker e Castells destaquem a centralidade do conhecimento e da informação nas sociedades contemporâneas, é necessário problematizar a ideia de que essa dinâmica represente a superação das estruturas fundamentais do capitalismo industrial. O capital permanece como a base das relações de produção, apropriando-se agora dos fluxos informacionais, dos dados pessoais e do conhecimento como novos meios de acumulação e exploração. A sociedade da informação, longe de constituir uma ruptura, pode ser compreendida como uma

I Para uma análise mais detalhada das diferentes abordagens teóricas sobre a sociedade da informação, ver também Webster (2006), especialmente os capítulos iniciais, nos quais o autor discute cinco definições distintas do conceito e suas implicações para a compreensão das transformações sociais contemporâneas.

nova etapa do capitalismo, na qual a mercantilização da informação e a privatização dos recursos cognitivos aprofundam as desigualdades sociais e econômicas (Fuchs, 2017).

É sob essa perspectiva que Pierre Lévy (1999) chama atenção para o impacto das TICs sobre a organização da sociedade contemporânea, destacando que essas tecnologias “não permitem apenas fazer a ‘mesma coisa’ mais rápido, com mais força ou em escala maior. Permitem, sobretudo, que se faça, sinta ou organize de outra forma” (Lévy, 1999, p. 217). Dessa forma, a evolução das técnicas e o desenvolvimento da internet promoveram mudanças profundas nas relações sociais e culturais, modificando a maneira como os indivíduos se comunicam, trabalham e interagem.

No entanto, à medida que as TICs se consolidam como ferramentas indispensáveis à vida contemporânea, surge um novo padrão de controle social que amplia e intensifica as dinâmicas já identificadas pelos pensadores da Escola de Frankfurt. A chamada sociedade administrada, conceito desenvolvido por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985), descreve um contexto em que a racionalidade técnica e instrumental se sobrepõe aos valores humanistas, submetendo os indivíduos a sistemas burocráticos e tecnológicos que anulam a autonomia crítica e reforçam a adaptação passiva às estruturas de dominação.

Nessas circunstâncias, as TICs, longe de atuarem apenas como instrumentos de mediação e facilitação, transformam-se em dispositivos de vigilância, manipulação e controle. Como afirma Adorno (2001, p. 150), “a chamada psicologia do fascismo é em sua maior parte produto de manipulação: o que é visto ingenuamente como irracionalidade ‘natural’ das massas é produzido por técnicas calculadas racionalmente”, evidenciando que a racionalidade técnica pode ser mobilizada para fins irracionais e autoritários, especialmente quando aplicada à modelagem do comportamento coletivo.

Essa manipulação racional do irracional se articula à padronização dos afetos e das formas de pensar, em um cenário no qual, segundo Adorno (2001, p. 150), “a repetição compulsiva [...] repousa inteiramente na

estrutura de conjunto tanto quanto em cada traço particular do caráter autoritário engendrado pela internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna”. Assim, os indivíduos, de acordo com Adorno (2001, p. 152), são gradativamente reduzidos a meros “átomos sociais”, convertidos em “funções da coletividade”, incapazes de estabelecer relações diretas, e submetidos a uma lógica em que até mesmo o inconsciente é expropriado por instâncias de poder que o instrumentalizam como técnica de dominação. É justamente nesse ambiente dominado pela racionalidade técnica e pela gestão das condutas que se intensifica um processo de colonização das esferas da vida — especialmente da subjetividade — por forças que buscam sua captura e instrumentalização.

Nora Merlin (2017), em sua obra *Colonização da subjetividade*, aprofunda essa reflexão ao propor que o neoliberalismo opera como um sistema que captura e modela a psique dos indivíduos, promovendo uma expropriação da autonomia e uma sujeição inconsciente aos interesses do capital. Trata-se de um novo tipo de colonialismo, que já não se exerce apenas sobre os territórios ou recursos materiais, mas invade a interioridade dos sujeitos, redefinindo desejos, crenças e condutas de acordo com a lógica do mercado.

Shoshana Zuboff (2021) corrobora essa perspectiva ao descrever o fenômeno que chama de *capitalismo de vigilância*. Segundo a filósofa e psicóloga social, trata-se de um novo modelo econômico que “reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais” (Zuboff, 2021, p. 22). O progresso das TICs, em especial com a popularização da internet, tornou possível extrair, analisar e comercializar informações pessoais de maneira invisível e constante, muitas vezes sem o consentimento dos indivíduos.

Diante desse panorama, impõe-se uma questão fundamental: por que há uma aceitação quase unânime das TICs no cotidiano, mesmo diante das evidências crescentes de que essas tecnologias são utilizadas para fins de vigilância, manipulação e controle político e econômico? Por

que, apesar das denúncias e críticas, tais tecnologias continuam sendo desejadas e elevadas à condição de itens indispensáveis?

Este artigo analisa as transformações comportamentais decorrentes do uso das TICs e investiga a crescente dependência da sociedade contemporânea em relação a essas ferramentas. Parte-se da hipótese de que as dinâmicas de poder atuais se manifestam menos por meio de coerção direta e mais por uma adesão subjetiva mediada por dispositivos técnicos e simbólicos, conforme argumentam Merlin (2017) e Zuboff (2021).

Dessa forma, a questão-problema que orienta esta análise pode ser sintetizada da seguinte maneira: *quais mecanismos psíquicos e sociais explicam a quase unânime adesão às TICs, mesmo diante do seu evidente potencial de vigilância e controle, e como o neoliberalismo se vale dessas tecnologias para intensificar a manipulação da subjetividade – processo que Merlin (2017) denomina “colonização do eu”?*

Para aprofundar essa reflexão, torna-se fundamental examinar o papel do neoliberalismo na reconfiguração das subjetividades e na consolidação das novas formas de dominação. É justamente nesse aspecto que a contribuição de Nora Merlin se revela decisiva, ao iluminar os caminhos pelos quais o poder contemporâneo atua sobre a interioridade dos sujeitos.

NEOLIBERALISMO SEGUNDO MERLIN: O CAPITALISMO EM SUA PIOR VERSÃO

Por volta do final dos anos 70^{II}, as ideias liberais que até então haviam perdido espaço voltaram a ganhar notoriedade nas discussões políticas. David Harvey (2008) afirma que o neoliberalismo pode ser entendido como uma teoria relacionada às práticas de reestruturação do capitalismo, cujo objetivo central é recriar as condições necessárias para acumular capital e restabelecer o poder das elites econômicas. Embora possua em comum com o liberalismo clássico a defesa da liberdade de mercado, o neoliberalismo é visto por Harvey como uma radicalização dessa ideologia, uma vez que redefine o papel do Estado, tornando-o fundamentalmente um agente a serviço dos interesses da classe capitalista.

Complementando a análise de Harvey (2008), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ampliam a compreensão do neoliberalismo ao caracterizá-lo não apenas como um projeto econômico, mas como uma racionalidade global que atravessa todas as esferas da vida social — inclusive a produção das subjetividades. A partir dessa perspectiva, Nora Merlin leva essa reflexão a um novo patamar ao articular as implicações psíquicas desse processo de colonização neoliberal da subjetividade.

Entre as principais características dessa doutrina estão a defesa da mínima intervenção estatal, a valorização da autonomia individual nos setores político e econômico, além de um intenso processo de privatização. Seus defensores argumentam que o Estado atrapalha o funcionamento natural do mercado, limitando atividades comerciais e restringindo a liberdade econômica. Acreditam ainda que o mercado possui a

II Podemos ler em Holanda (2001, p. 46) que “Da década de 30 até a década de 70 deste século [século XX], a resposta à crise do capitalismo foi a ampliação do intervencionismo [...] com a nova crise econômica mundial do capitalismo no final da década de 70, o neoliberalismo atacou dos muros das academias e das instituições de pesquisa afirmando que a crise do capitalismo foi resultante da ação intervencionista organizada do Estado na economia.”

capacidade de autorregulação por meio da concorrência livre e da dinâmica própria da oferta e da demanda.

Na perspectiva de Merlin (2017, p. 25), é equivocado considerar o neoliberalismo meramente como uma doutrina econômica, já que também é responsável pela produção de uma cultura e de uma subjetividade própria, além de determinar um padrão social de comportamento. Em outras palavras, o neoliberalismo reestrutura a sociedade, criando um novo paradigma para organizar os modos de vida. Atualmente, a reorganização da sociedade e do modo de ação e interação dos indivíduos ganha força e alcance com a utilização das TICs.

Segundo Merlin, a partir de uma leitura psicanalítica, a constituição de uma cultura neoliberal só é possível tendo por fundamento a mobilização de uma população, mais bem descrita pelo termo massa, unida pelo sentimento de ódio. Para a autora, a formação de massas está relacionada a impulsos instintivos que surgem da necessidade de se sentir seguro e protegido. Esses sentimentos são alcançados quando indivíduos se unem em torno de um líder ou de uma ideia em comum. A massa constitui o modo social paradigmático do neoliberalismo, e é, enfatiza a autora,

[u]ma resposta social não discursiva, mas puramente libidinal, em que o sujeito não é tratado como tal, não tem voz nem voto; na massa opera uma destituição subjetiva que no neoliberalismo se evidencia na produção e circulação mercantil de objetos e de sujeitos tomados como objetos^{III} (Merlin, 2017, p. 26).

Para fundamentar sua análise, Merlin retoma conceitos da psicanálise, especialmente os elaborados por Sigmund Freud no livro *Psicologia das massas e a Análise do Eu*, de 1921. Com auxílio das ideias do antropólogo Gustave Le Bon, Freud definiu massa como sendo um grupo formado por indivíduos que compartilham uma mesma emoção ou ideia, que agem em conjunto em uma espécie de “unidade mental”. Quando a massa se une, um fenômeno de contágio emocional ocorre, levando

III Todas as citações de Merlin (2017) são traduções nossas.

a uma sensação de identidade coletiva, em que o indivíduo se percebe como parte de um todo maior. Esse processo resulta na diminuição da consciência crítica, na perda da autonomia e em uma maior suscetibilidade à sugestão e ao controle.

[...] o indivíduo no interior de uma massa experimenta, por influência dela, uma mudança frequentemente profunda de sua atividade anímica. Sua afetividade é extraordinariamente intensificada, sua capacidade intelectual claramente diminuída, ambos os processos apontando, não há dúvida, para um nivelamento com os outros indivíduos da massa; resultado que só pode ser atingido pela supressão das inibições instintivas próprias de cada indivíduo e pela renúncia às peculiares configurações de suas tendências (Freud, 1921, p. 29).

A concepção de massa ultrapassa a ideia de um simples agrupamento de pessoas reunidas em espaço público: trata-se de um modo de organização institucional e, em sentido mais profundo, de uma configuração cultural (Merlin, 2017, p. 29). Essa forma de organização é composta por grupos hipnotizados, prontos a obedecer incondicionalmente à sua figura de autoridade, o líder. Na hipnose, afirma Gustave Le Bon (1980, p. 37) “a personalidade consciente desvaneceu-se completamente, a vontade e o discernimento perderam-se. Todos os sentimentos e pensamentos são orientados no sentido que o hipnotizador determina.” E acrescenta que:

[q]uase idêntico é também o estado do indivíduo que faça parte de uma multidão psicológica. Ele não tem consciência dos seus actos. Nele, como no hipnotizado, ao mesmo tempo que certas faculdades são destruídas, podem outras ser levadas a um grau de extrema exaltação. Sob a acção de uma sugestão, esse indivíduo lançar-se-á com impetuosidade irresistível na execução de certos actos (Le Bon, 1980, p. 37-8).

Nas multidões, indica o autor, o poder da sugestão é ainda mais intenso do que no caso do indivíduo hipnotizado, pois torna-se recíproco

e amplificado. Poucos possuem personalidade suficiente para resistir à força da coletividade — e, mesmo entre esses, é difícil conter a corrente dominante. Às vezes, uma simples imagem ou frase bem colocada pode redirecionar a massa, inclusive afastando-a de ações violentas. A consciência individual se enfraquece, enquanto o inconsciente passa a predominar. Emoções e ideias alinham-se por sugestão e contágio, resultando em ações imediatas. O indivíduo, então, perde sua autonomia e age como um autômato.

Nessas condições, a vontade própria é praticamente anulada. A autora sustenta que, para manter a coesão da massa, o ódio desempenha um papel central (Merlin, 2017), pois é por meio do ódio que a sociedade neoliberal toma consistência, dessa forma, para que um todo seja construído, é preciso que esse sentimento seja facilmente direcionado para um inimigo em comum e externo; esse inimigo pode ser tanto uma pessoa, como um grupo ou uma ideia.

O ódio coletivo representa a organização de um novo espaço de poder, é um mecanismo que reforça a conexão da massa e a identidade do grupo, incentiva a violência, a insegurança e a segregação, fazendo com que o princípio condutor da sociedade passe a ser esse inimigo compartilhado. Em resumo, a massa só se mantém unida quando dispõe de algo em comum para odiar, caso contrário, odiariam uns aos outros.

A constituição de um todo tem como condição a existência de uma exceção que, quando prevalece o ódio, leva ao estabelecimento de um inimigo externo (que pode ser do próprio povo) que se torna imperativo descartar devido à sua periculosidade, alimentando assim o monstro da violência e da insegurança. Em outras palavras, a própria condição da totalidade neoliberal é a segregação, que se expressa sob diferentes formas de racismo e xenofobia (Merlin, 2017, p. 27).

Merlin (2017) destaca as múltiplas afinidades entre o neoliberalismo e as formas clássicas de totalitarismo..., dentre elas estão a centralização do poder, o controle da mídia e a privatização.

Enquanto a democracia tem como base o reconhecimento das diferenças e o respeito pela diversidade, os sistemas totalitários buscam extinguir o pluralismo a fim de que todos os cidadãos adotem as mesmas crenças e valores, de modo que qualquer opinião contrária seja vista como uma ameaça a ser odiada e eliminada. Para alimentar esse comportamento, elementos como a violência, a repressão e principalmente a propaganda são essenciais.

Segundo a autora, a massa expressa o modo como o neoliberalismo opera por meio da homogeneização afetiva, tensionando os próprios fundamentos da democracia liberal ao incorporar traços típicos dos regimes totalitários. Merlin conclui que o neoliberalismo se infiltrou na democracia a ponto de tornar os golpes militares não mais necessários para a constituição de um estado de exceção permanente.

A filósofa Marilena Chauí rotula de “novo totalitarismo” esse sistema neoliberal. Justifica a denominação com base no fato de que o cerne do neoliberalismo reflete o princípio fundamental da formação de sociedades totalitárias. Esclarece que em ambos os sistemas se busca uma sociedade homogênea, que limita comportamentos, crenças e modos de vida. No rótulo, o termo “novo” é essencial, uma vez que há uma distinção relevante entre os totalitarismos anteriores e o atual. Nos anteriores “o Estado era o espelho e o modelo da sociedade” enquanto que “o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado” (Chauí, 2019, §10).

Com base nas ideias de Sociedade Administrada, elaboradas pela Escola de Frankfurt, Chauí argumenta que no novo totalitarismo as esferas sociais e políticas deixam de ser instituições para assumirem o posto de organizações.

Uma instituição social é uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, sendo estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos. Em contrapartida, uma organização se define por sua

instrumentalidade, fundada nos pressupostos administrativos da equivalência. Está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular (Chauí, 2019, §7).

Ou seja, no mundo neoliberal as empresas tomaram o espaço das instituições, os valores democráticos são substituídos pelos interesses do mercado, e a democracia se mostra cada vez mais frágil.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como as ferramentas disponibilizadas pelas TICs têm sido utilizadas para propagar os objetivos neoliberais. A crescente expansão das redes sociais e plataformas de comunicação online proporcionou um terreno fértil para a disseminação rápida de discursos com viés ideológico, alimentando estratégias de desinformação e polarização. A manipulação da opinião pública se torna mais sutil, enquanto a exploração de dados cria bolhas de informação^{IV}, agrupando aqueles que tendem a pensar de maneira semelhante, reforçando crenças programadas e fragmentando o debate público. A convergência entre ideologias uniformes e tecnologia tornou-se um desafio para a manutenção de espaços democráticos^V.

IV Eli Pariser, autor do livro "The filter bubble: what the internet is hiding from you" (2011), introduz em sua obra o conceito de "filtro bolha" e explica que ele é resultado dos algoritmos de personalização presentes em plataformas online. Esses algoritmos são projetados para fornecer aos usuários conteúdos que sejam mais relevantes com base em seu histórico de navegação. Pariser argumenta que essa personalização tem como efeito colateral a criação de uma "bolha" em torno dos usuários, nas quais são expostos principalmente informações que confirmam suas próprias crenças, opiniões e desejos, enquanto são filtrados ou excluídos conteúdos que contradizem essas visões. Os filtros bolhas são uma forma de isolamento cognitivo digital: priva-se os indivíduos da oportunidade de serem confrontados com ideias e opiniões divergentes, prejudicando assim a pluralidade de pensamento e o debate saudável.

V A manutenção do poder é uma preocupação central de toda estrutura hierarquizada. Na história existem casos nos quais líderes políticos buscam desestabilizar instituições democráticas para proteger seus próprios interesses, caracterizando o que hoje se conhece como 'golpe'. Uma vez que esses líderes consolidam seu poder, como parte da violação dos princípios democráticos, há uma tentativa de impor uma única perspectiva que favoreça e justifique suas próprias ideologias. Ao limitar a diversidade de opiniões e experiências, perpetua-se sistemas de exclusão e privilégio, dificultando a realização da verdadeira democracia.

NEOLIBERALISMO E AS TICS

Se, na seção anterior, discutimos os fundamentos psíquicos e ideológicos do neoliberalismo, cabe agora examinar como esse modelo se articula às TICS, potencializando sua capacidade de controle e manipulação das subjetividades.

A nova onda liberal que conduziu à transformação do neoliberalismo em um sistema socioeconômico dirigiu também a expansão do uso das TICS. As TICS compreendem ferramentas e plataformas que permitem o processamento, armazenamento, transmissão e compartilhamento de informações de forma digital. Essas tecnologias incluem a internet, as redes de computadores, smartphones, tablets, entre outros dispositivos. Elas têm influenciado a forma com que as pessoas se comunicam, trabalham, aprendem e se relacionam com o mundo, uma vez que permitem a troca instantânea de informações independente da localização geográfica.

As TICS têm produzido um impacto significativo no modo como o neoliberalismo se manifesta na sociedade contemporânea, permitindo a expansão da economia e a intensificação da concorrência entre empresas. Os consumidores passam a ter acesso a diversos produtos e serviços de forma online. A lógica do mercado e a busca pela maximização dos lucros são favorecidas.

Essa nova etapa do capitalismo, que Zuboff (2021) denomina “capitalismo de vigilância”, revela como as TICS não apenas operam como ferramentas de comunicação, mas tornam-se instrumentos centrais na extração de dados e na predição de comportamentos, abrindo caminho para uma forma inédita de dominação.

Em um primeiro momento, todas essas novidades aparentam ser positivas e portadoras de inúmeros benefícios. Entretanto, uma análise das consequências dessa revolução tecnológica mostra que os ganhos estão sendo pagos a um alto custo. Trata-se de uma conformação específica do capitalismo possibilitada majoritariamente pela desregulamentação

promovida pelo neoliberalismo, que permitiu a empresas, como as de tecnologia, crescerem praticamente sem restrições, dando ainda mais força para a ascensão dessa nova vertente.

Em *A Era do Capitalismo de Vigilância*, publicado originalmente em 2018, Zuboff explica que o “capitalismo de vigilância” consiste em uma nova ordem econômica. Sua estrutura baseia-se na transformação da experiência humana em mercadoria por meio da vigilância proporcionada pelas TICs. Esse novo modelo funciona mediante a extração de dados, tendo como principal fonte os serviços online ofertados gratuitamente. Os proprietários desses serviços são capazes de monitorar o comportamento de seus usuários em um nível que até então não se sabia ser possível, dessa forma, os dados coletados são utilizados não apenas no aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, mas também como forma de prever padrões comportamentais.

É importante ressaltar que na maior parte dos casos essa extração de dados ocorre sem a permissão ou conhecimento dos usuários, entretanto, por se tratar de um espaço no qual não há um estabelecimento concreto das leis, a privacidade e os direitos humanos são constantemente violados sem que haja consequências legais^{VI}. Nas palavras de Zuboff, “a lei corre atrás do mercado porque o mercado se move para o espaço sem lei”, ou ainda, “não havia leis para proteger a experiência humana privada, porque ninguém pensava que ela poderia ser apropriada” (Zuboff, 2020, § 27).

Nos últimos tempos, as TICs vêm ganhando cada vez mais notoriedade devido a sua utilidade e à vasta área na qual podem ser aplicadas, o que inclui desde seu uso individual e pessoal até seu uso coletivo e profissional. Tornaram-se tão importantes a ponto de serem considera-

VI No contexto brasileiro, iniciativas como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) representam um esforço regulatório relevante diante dos abusos promovidos por agentes privados e plataformas digitais. Embora ainda enfrentem desafios em sua implementação e fiscalização, legislações como a LGPD sinalizam a importância de construir um marco jurídico que proteja a privacidade dos indivíduos, regulamente a coleta de dados e limite o poder das *big techs* sobre o comportamento e a subjetividade dos usuários. Nesse sentido, o fortalecimento de uma cidadania digital crítica e a exigência de mecanismos de transparência se tornam essenciais para resistir à lógica de apropriação neoliberal da experiência humana.

das indispensáveis, o que acabou resultando em uma relação de dependência entre elas e a sociedade. Isso parece indicar que essa relação de dependência não acontece por acaso, mas é minuciosamente calculada por desenvolvedores e programadores. O objetivo é fazer com que os usuários gastem cada vez mais tempo navegando na internet, utilizando as redes sociais, consumindo conteúdos e, não menos importante, gerando dados.

Para que os laços de dependência entre indivíduo e TICs sejam cada vez mais estreitos, alguns mecanismos são desenvolvidos e implementados nos dispositivos eletrônicos com essa finalidade, como, por exemplo, as notificações. As notificações são sinônimos de novidades e são utilizadas para incentivar os usuários a se manterem atualizados, de modo a gerar uma necessidade constante de acessar os aplicativos. As interrupções na rotina causadas pelas notificações descontinuam o fluxo natural dos pensamentos, o que resulta em sentimentos de ansiedade. Até mesmo a interface dos aplicativos é projetada para criar sensações de recompensa que podem levar a um ciclo de comportamentos viciosos. Ex-funcionários do Vale do Silício, como Aza Raskin, denunciam que essas estratégias são deliberadas e visam tornar os aplicativos maximamente viciantes. Segundo Raskin, “é como se eles estivessem espalhando cocaína comportamental sobre a interface, e isso é o que faz com que você continue voltando e voltando” (Andersson, 2018, § 2)^{VII}.

Todos esses elementos são pensados com o objetivo de maximizar lucros. Quanto mais tempo um indivíduo passa na internet, mais dados ele produz. Esses dados são então usados para alimentar as chamadas “inteligência de máquina”. A inteligência de máquina transforma dados em “produtos de predição”, que, por sua vez, servem para prever o que um indivíduo faria “agora, daqui a pouco e mais tarde”. Esses produtos são então vendidos em um “mercado de comportamentos futuros” (Zuboff, 2021, p. 22).

VII Para mais informações sobre o assunto, veja <https://www.bbc.com/news/technology-44640959>.

O mercado de comportamentos futuros é capaz de mapear de forma detalhada comportamentos, preferências e interesses, permitindo que mensagens, anúncios, serviços e produtos sejam entregues para cada usuário de forma personalizada. Essa personalização do conteúdo é capaz de persuadir os indivíduos a tomarem decisões específicas, sem que percebam tais influências.

Desde a sua popularização no início do século XX, os meios de comunicação ocupam uma posição de “garantidores da verdade” e atuam como “porta-vozes” de figuras de autoridade. Se a propaganda é um dos principais elementos para a formação das massas, a propaganda direcionada e personalizada é muito mais eficaz. Os capitalistas de vigilância sabem exatamente o que precisa ser dito e quando.

Envolto em uma hipnose entorpecente, o sujeito se torna um objeto cativo, subconscientemente se submetendo à tela. Opera-se nas massas uma miséria subjetiva que o discurso capitalista revela na produção mercantil de objetos e de uma subjetividade passiva, servil e sugestiva, com um eu empobrecido que obedece a um senhor. A cultura de massa, paradigma do neoliberalismo, se organiza pela obediência ao imperativo do consumo (Merlin, 2017, p. 31).

Segundo Zuboff, os mecanismos do capitalismo de vigilância passaram a ser o modelo-padrão para os negócios que possuem a internet como base, de forma que “nós agora pagamos para ser dominados.” (Zuboff, 2021, p. 25) A autora acredita que até o momento os capitalistas de vigilância são capazes apenas de identificar padrões e tendências já presentes nos indivíduos, mas que em um futuro próximo essa capacidade evoluirá. (Zuboff, 2021) Segundo uma análise de suas ideias, “o passo seguinte, ainda a ser dado, consistirá em conseguir que tendências selecionadas sejam implantadas. O objetivo não é apenas atender aos interesses dos usuários, mas sim criar e desenvolver necessidades específicas que favoreçam o mercado” (Vicentini e Malizan, 2023, p. 6). Merlin (2017) acredita que esse processo já está em curso. Argumenta que nos dias atuais, com a onipresença da mídia em nossa sociedade, as grandes corporações já não procuram apenas conhecer necessidades

e tendências comportamentais, pois as TICs, manifestação contemporânea da mídia que se tornou indissociável do modo de vida atual, são mobilizadas agora no sentido de criá-las segundo os interesses do mercado e das corporações. Como consequência desse processo, ressalta Merlin, a conduta humana perde autonomia e consciência crítica.

COLONIZAÇÃO DO EU

Compreendidas as engrenagens técnicas e econômicas do capitalismo de vigilância, é possível voltar o olhar para seus efeitos mais profundos: a constituição de uma subjetividade modelada a partir de dentro, cuja colonização se realiza por meio de mecanismos simbólicos e afetivos. É o que Nora Merlin descreve como “colonização do eu”.

Tradicionalmente, a colonização designa o processo pelo qual um Estado ou grupo impõe seu domínio sobre outros povos, apropriando-se de seus territórios, recursos e modos de vida. Trata-se de uma forma complexa de dominação que articula exploração econômica, controle político, imposição cultural e subordinação simbólica, reorganizando toda a estrutura social em função dos interesses do colonizador. Como observa Albert Memmi (2007, p. 25),

[O colonizador] encontra-se em um dos pratos de uma balança que carrega, no outro, o colonizado. Se seu nível de vida é elevado, é porque o do colonizado é baixo; se pode beneficiar-se de mão-de-obra, de criação numerosa e pouco exigente, é porque o colonizado é explorável impunemente e não se acha protegido pelas leis da colônia: se obtém tão facilmente postos administrativos, é porque esses postos lhe são reservados e porque o colonizado deles está excluído; quanto mais respira à vontade mais o colonizado sufoca.

No entanto, nas sociedades contemporâneas, observa-se o surgimento de novas formas de colonização que já não dependem da ocupação física de territórios, mas operam no plano da interioridade psíquica.

É nesse horizonte que Merlin (2017) introduz a noção de *colonização do eu*, concebendo uma forma de dominação que ultrapassa o controle de corpos e territórios para alcançar a dimensão mais íntima da vida psíquica. Nessa perspectiva, os desejos, os afetos e as condutas dos indivíduos passam a ser moldados de acordo com as exigências do mercado, revelando um processo sutil e profundo de sujeição da subjetividade. Apesar das evidências crescentes de vigilância e controle, o consentimento subjetivo permanece naturalizado. Isso sugere que as formas de sujeição contemporâneas operam não contra, mas por meio da vontade — questão que será aprofundada a seguir.

Embora Merlin aponte o neoliberalismo como responsável por essa manipulação e colonização da subjetividade, é importante reconhecer que as práticas de controle psíquico antecedem esse regime. Já em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (2010) descreve os mecanismos pelos quais os indivíduos, ao integrar-se a uma massa, tornam-se suscetíveis ao poder sugestivo de um líder, renunciando à autonomia crítica em troca da segurança emocional advinda da identificação com essa figura de autoridade. Esse processo psíquico — marcado pela regressão do eu e pela substituição do ideal do eu pelo líder — revela uma forma estrutural de manipulação anterior às dinâmicas neoliberais contemporâneas^{VIII}.

Ainda que Merlin enfatize a centralidade do neoliberalismo nesse processo, os mecanismos psíquicos de manipulação já haviam sido identificados por Freud, especialmente em sua análise das massas. A diferença

VIII Posteriormente, Adorno, em *A Teoria Freudiana e o Modelo Fascista de Propaganda*, demonstrou como a propaganda nazista manipulou as massas por meio de mecanismos inconscientes de identificação, evidenciando que o controle da subjetividade é um fenômeno estrutural nos regimes autoritários. Antes disso, pensadores como Nicolau Maquiavel (1513), Étienne de La Boétie (1576) e Karl Marx (1846) já haviam analisado diferentes dispositivos de manipulação e dominação social.

está na intensificação e sofisticação que esses mecanismos adquirem nas sociedades digitais.

Dessa forma, ainda que Merlin proponha uma leitura contemporânea pertinente e atualizada, é fundamental compreender a manipulação das subjetividades como um processo de longa duração histórica, intensificado pelas tecnologias digitais, mas não exclusivo do neoliberalismo. Merlin (2017) sugere que a passividade dos indivíduos contemporâneos se explica pela emergência de um novo tipo de colonialismo, voltado especificamente para a exploração da subjetividade. Este processo transforma o indivíduo e a sociedade em sujeitos mais suscetíveis às influências e às demandas do mercado. Para a autora, os meios de comunicação, as redes sociais, as políticas de educação e os discursos sobre saúde mental tornaram-se instrumentos privilegiados de controle e captura da subjetividade (Merlin, 2021).

Para a autora “o grande êxito do capitalismo neoliberal é nos governar não contra a vontade, mas graças a ela e através dela, convencendo-nos de que a situação em que estamos é o resultado de nossas escolhas e decisões” (Merlin, 2020, § 2). A lógica neoliberal, por meio de conceitos como meritocracia e empreendedorismo de si, leva os indivíduos a acreditar que são plenamente responsáveis pelo próprio destino. As pessoas passam a se perceber como empresas de si mesmas, e a educação, nesse contexto, converte-se em um investimento que deve fortalecer sua capacidade competitiva.

As redes sociais fomentam uma cultura de exibição de êxito e competição permanente. Ferramentas de produtividade, avaliações de desempenho e sistemas de *feedback* contínuo reforçam uma vigilância constante, no qual o trabalhador precisa manter alto desempenho ininterruptamente, mesmo sob condições precárias. A precarização do trabalho é disfarçada pela narrativa da flexibilidade e da autonomia: a ausência de garantias se apresenta como liberdade, e a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso é atribuída exclusivamente ao indivíduo.

Esse culto à liberdade do eu é sustentado por *slogans* como “você pode” ou “você pode mais”, que, ao mesmo tempo em que prometem auto-

nomia, geram uma subjetividade culpada. A culpa, o medo e a angústia tornam as pessoas mais vulneráveis à manipulação, pois esses sentimentos intensificam a experiência de desamparo e fomentam a obediência. Como afirma Merlin, “o neoliberalismo não é possível sem essa colonização, que responde pela obediência inconsciente” (Merlin, 2021, § 7).

O capitalismo neoliberal instala crenças, medos e angústias na subjetividade dos indivíduos, que, em momentos de crise, favorecem a manutenção e o fortalecimento das corporações e do mercado. Trata-se de um processo de imposição que revela um domínio cada vez mais sofisticado sobre a psicologia das massas. No caso das TICs, impõe-se à subjetividade a crença na onipotência e na inevitabilidade dessas tecnologias (Merlin, 2020).

Os dispositivos eletrônicos são projetados para reconhecer e impor padrões de comportamento. São capazes de identificar carências emocionais e afetivas, ao mesmo tempo que oferecem soluções provisórias para supri-las. Dessa forma, cria-se uma relação de dependência: o Outro — encarnado na tecnologia — oferece aquilo que falta ao sujeito, instaurando um ciclo de apego, submissão e expropriação da autonomia.

Este cenário remete à clássica formulação de Étienne de La Boétie (1999), que já no século XVI identificava o paradoxo da servidão voluntária: os homens se submetem ao tirano não apenas por coerção, mas por hábito, medo, conveniência ou mesmo pelo desejo de partilhar de seu poder. Atualizada ao contexto neoliberal, essa lógica se intensifica: os indivíduos não apenas aceitam a dominação, mas aspiram ocupar o lugar do dominador. Como aponta Merlin, o neoliberalismo promove a figura do sujeito empreendedor de si, que internaliza os imperativos do mercado como se fossem expressão de sua liberdade. Nesse modelo, a dominação se realiza não contra a vontade, mas por meio dela, produzindo sujeitos que não apenas obedecem, mas desejam mandar, competir e vencer — ainda que à custa de sua própria autonomia.

Essa lógica de sujeição voluntária se desdobra em três dimensões interligadas da colonização do eu: técnica, psíquica e política. No plano

técnico, as TICs, os algoritmos, as notificações constantes e o design viciador promovem a dependência tecnológica, a exposição contínua e a vigilância permanente, com consequente erosão da privacidade. No plano psíquico, a mobilização de afetos como o ódio e a culpa, articulada aos mecanismos de massa descritos por Freud e Le Bon, contribui para a desintegração da autonomia crítica, o apagamento do sujeito e a adesão inconsciente a padrões de consumo. No plano político, a propaganda personalizada, o discurso da auto exploração e a ideologia meritocrática sustentam uma adesão voluntária à dominação, favorecendo a homogeneização ideológica e a fragilização da democracia.

Ao articular essas três esferas — técnica, psíquica e simbólico-política —, a dominação contemporânea alcança uma eficácia singular: ela já não se impõe como força externa, mas opera de modo interiorizado e difuso, dissolvendo as fronteiras entre controle e liberdade, submissão e escolha.

Diante desse cenário de sujeição simbólica e tecnológica, a pergunta que se impõe é: há espaço para resistência? A obra de Merlin não apenas denuncia os mecanismos de dominação, mas também aponta caminhos para a construção de alternativas políticas e culturais.

CONCLUSÃO: POR UMA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA

Nora Merlin comenta que em uma democracia as demandas são entendidas simbolicamente como ações que representam uma carência, funcionam como pedidos; a reivindicação pelo suprimento dessas carências caracteriza uma ação política. Como dito na seção anterior, as TICs são capazes de criar tais demandas de forma calculada, fazendo com que os indivíduos busquem supri-las por meio do consumo. Dessa forma, o mercado impõe regras que orientam a conduta e a faz parecer natural.

Uma das consequências dessa nova face do capitalismo é a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia. É preciso lembrar que a democracia se realiza por meio do embate e do respeito a opiniões diferentes. O mercado, ao se tornar capaz de guiar a conduta humana, transformou a liberdade e a igualdade em ilusões. Esses elementos não existem em uma sociedade na qual, por exemplo, ricos e pobres defendem as mesmas coisas. Vale ressaltar que a uniformidade das massas não deve ser confundida com a igualdade.

A autora conclui que o ponto fraco do neoliberalismo é a política. Ela afirma que,

Não é à toa, portanto, o ataque às organizações políticas e, principalmente, aos sindicatos de trabalhadores, porque é neles que “vamos poder encontrar a saída para a humanidade” [...] Rechaçar a política, que significa o diálogo entre posições diferentes e não o aniquilamento do que é diferente de nós, significa que colocamos no lugar a intolerância, a violência moral e física (Merlin, 2021, § 17).

Diante desse cenário, Merlin busca alternativas capazes de alterar a cultura neoliberal que tomou conta de nossa sociedade. Uma possibilidade consiste em remover as práticas machistas que se consolidaram no capitalismo, ato que configura uma profunda mudança cultural. A autora sugere que o aumento da participação de mulheres pode colaborar para uma nova forma de se fazer política, uma forma que não seja sexista nem determinada pelo mercado. Essa mudança representa uma forma de se deixar para trás a lógica de poder-submissão.

Junto a isso, a psicanalista propõe uma outra relação política entre democracia e capitalismo: um modelo de comunidade que desafie a homogeneidade característica do neoliberalismo. Com base nas ideias do teórico argentino Ernesto Laclau, sugere o desenvolvimento de uma construção populista que fortaleça a autonomia do povo diante das influências globais, uma construção na qual os interesses individuais da vontade popular sejam priorizados.

Laclau^{IX} entende o populismo não como uma ideologia específica, mas como uma lógica de construção de identidades políticas em que há uma divisão entre “povo” e “elite”. É um processo de criação de hegemonia na qual a liderança populista consegue unir diferentes grupos sociais sob uma causa comum, ou seja, a figura do líder populista encarna as demandas do povo e articula um discurso que unifica e mobiliza.

Para o teórico, o populismo representa uma forma legítima de expressão política e uma resposta às falhas da democracia liberal; é caracterizado por sua flexibilidade e contingência, representando um desafio para a ordem existente.

Merlin expressa consciência a respeito do caráter negativo atribuído à palavra “populismo”, no entanto, não acredita que esse conceito simbolize uma ameaça para a democracia, pelo contrário, defende, com base nas ideias de Freud, que seja um sintoma, uma resposta defensiva diante da angústia, que tem como objetivo evitar uma situação perigosa.

De um ponto de vista psicanalítico, tanto o populismo quanto a massa são respostas àquilo que Freud chamou de “mal-estar na cultura”, a diferença se encontra nos efeitos causados nos indivíduos envolvidos. No populismo, a identidade é construída com base na lógica das reivindicações, enquanto nas massas ela emerge da identificação emocional, não discursiva, com o líder.

Dessa forma, no populismo os indivíduos se tornam atores políticos ao expressarem sua voz. O indivíduo se posiciona como um sujeito de desejo que busca reconhecimento, legitimando sua figura e fortalecendo seu poder e soberania (Merlin, 2017, p. 139). Merlin afirma que o populismo oferece uma nova maneira de pensar a cultura, permitindo superar as limitações da moral universal. Essa cultura libertária é construída pelo povo, sem processos de obediência, homogeneização ou uniformização, e assume coletivamente a responsabilidade por sua criação e impactos (Merlin, 2017, p. 146).

IX Para as ideias de Laclau, veja Laclau (1979), (2002) e (2005) e Ipar (2015).

Independentemente de qual seja a estratégia escolhida, o fato é que ela precisa ser política e democrática, pois

Somente uma democracia soberana, efeito de uma construção coletiva, que introduz uma ruptura com a colonização neoliberal, pode se tornar uma experiência de autonomia diante da civilização global. Somente a construção de um povo e de um Estado que e suas raízes no popular permitirá radicalizar a democracia“ (Merlin, 2017, p. 28).

Merlin reitera, como fica claro pela passagem acima, sua crença na democracia soberana e popular como único caminho para fazer frente aos desafios dessa nova forma de autoritarismo representado pelo neoliberalismo ou capitalismo de vigilância, como batizado por Zuboff.

O pleno exercício dos direitos democráticos pressupõe autonomia: a capacidade de tomar decisões com base em informações confiáveis, livres de distorções, e em condições que não restrinjam a possibilidade real de escolha. Diante da complexa teia de vigilância e controle estabelecida pelo neoliberalismo através das TICs, Nora Merlin oferece uma proposta fundamental para contrapor a colonização da subjetividade: a revitalização da política e a transformação das relações sociais e culturais. Merlin sugere que a resistência à dominação neoliberal passa pela rejeição da uniformidade produzida pela lógica neoliberal sobre as massas, promovendo, em vez disso, um diálogo político que reconheça e valorize a diversidade e as diferenças.

A autora enfatiza a importância de fortalecer as organizações políticas e os sindicatos, visto que esses espaços são cruciais para a reconstrução de uma sociedade que privilegia a pluralidade de opiniões e a defesa dos direitos humanos. Além disso, Merlin destaca a necessidade de uma mudança cultural profunda que remova as práticas machistas e sexistas enraizadas no capitalismo. Aumentar a participação das mulheres na política é visto como um passo essencial para a criação de uma nova forma de governança que não seja guiada pelo mercado, mas pelo respeito à igualdade e à justiça social.

Portanto, a solução proposta por Nora Merlin para enfrentar a colonização da subjetividade neoliberal envolve um renascimento da prática política, que promove uma comunidade baseada na pluralidade e na inclusão. Somente através de um engajamento político renovado e da construção de uma cultura que valorize a diversidade e a igualdade, será possível combater a homogeneidade imposta pelo neoliberalismo e recuperar tanto a autonomia quanto a consciência crítica dos indivíduos.

REFEERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *The culture industry: selected essays on mass culture*. Edited and with an introduction by J. M. Bernstein. London; New York: Routledge, 2001.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclaramento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDERSSON, H. Social media apps are “deliberately” addictive to users. *BBC*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-44640959>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *A sociedade pós-capitalista*. Trad. Nivaldo Montingelli Júnior. São Paulo: Pioneira, 1993.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas: psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (1920-1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FUCHS, Christian. *Social media: a critical introduction*. 2. ed. London: Sage Publications, 2017.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Ubirajara R. Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IPAR, M. C. *Populismo: uma leitura da psicanálise na teoria política de Ernesto Laclau*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 174 p.

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Trad. Maria das Graças de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Trad. João Maia; Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE BON, Gustave. *A psicologia das multidões*. Trad. Agostinho José Fortes. Rev. Helder Guégués. Ed. Pedro Bernardo. Silveira: Bookbuilders, 2020.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier; Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 127 p.

MERLIN, Nora. *Colonización de la subjetividad: los medios masivos en la época del biomercado*. Buenos Aires: Letra Viva, 2017.

MERLIN, Nora. Crença, tecnologia e subjetividade colonizada. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600123-crenca-tecnologias-e-subjetividade-colonizada-artigo-de-nora-merlin>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MERLIN, Nora. Ilusão neoliberal de independência contribui para servidão jamais vista. *Resistir.info*, 2021. Disponível em: https://resistir.info/crise/ilusao_neoliberal.html. Acesso em: 27 fev. 2023.

PARISER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

VICENTINI, Max Rogério; MALIZAN, Larissa Pinécio. Da cibercultura ao capitalismo de vigilância: uma investigação acerca das consequências da informatização das relações humanas. *Acta Scien-*

tiarum. *Human and Social Sciences*, v. 44, n. 1, p. e65273, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/65273>. Acesso em: 14 ago. 2024.

WEBSTER, Frank. *Theories of the information society*. 3. ed. New York: Routledge, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Entrevista concedida a Ricardo Romanoff. *Medium*, 2020. Disponível em: <https://medium.com/contagious-brasil/a-era-do-capitalismo-de-vigil%C3%A2ncia-por-shoshana-zuboff-fee5ac25b774>. Acesso em: 5 mar. 2023.

Recebido em 14 de agosto de 2024

Aprovado em 20 de abril de 2025

Publicado em 21 de outubro de 2025